

Intimidades (quase)públicas: O uso do urbano nas pegações do Jardim de Alah em Salvador, Bahia

MARLON ARAÚJO DO ROSÁRIO 

Universidade Federal da Bahia | Salvador, BA, Brasil

marlonaraujocontate@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe215769

resumo O presente artigo analisa a interseção entre espaço urbano, práticas sexuais e mecanismos de controle da sexualidade, com foco na praia do Jardim de Alah, localizada no bairro nobre da capital baiana, Costa Azul. A pesquisa busca compreender como homens que frequentam esse local público articulam formas de apropriação do espaço para a busca de prazeres sexuais. A partir de relatos etnográficos, o estudo propõe uma reflexão sobre as noções de privacidade e exposição que se configuram nesse contexto urbano específico. No Jardim de Alah, a prática da pegação gera uma dinâmica complexa, marcada por mecanismos de controle e autoproteção, que coexistem com a busca por prazer e a necessidade de lidar com a visibilidade.

palavras-chave Jardim de Alah; Sexo; Voyuerismo; Pegação; Privacidade

Intimacies (almost) public: The use of urban spaces in sexual practices at Jardim de Alah in Salvador, Bahia

abstract This article analyzes the intersection of urban space, sexual practices, and mechanisms of sexual control, focusing on Jardim de Alah beach, located in the upscale neighborhood of Costa Azul in Salvador, Bahia. It aims to understand how men who frequent this public space articulate ways of appropriating it for the pursuit of sexual pleasure. Based on ethnographic accounts, the study proposes a reflection on the notions of privacy and exposure that are configured in this specific urban context. In Jardim de Alah, the practice of casual sex generates a complex dynamic, marked by mechanisms of control and self-protection, which coexist with the search for pleasure and the need to deal with visibility.

keywords Jardim de Alah; Sex; Voyuerism; Sexual practices; Privacy

Introdução

Esta pesquisa etnográfica foi inicialmente focada em práticas homoeróticas em um trecho curto da vasta orla de Salvador, especificamente, no período da noite. Embora haja todo um arranjo voltado para a realização de tais práticas homoeróticas na cidade, envolvendo, inclusive, negociações que cruzam os limites para além do campo aqui apresentado, escolhi centrar as minhas observações na praia do Jardim de Alah. Em encontros efêmeros, geralmente entre desconhecidos, o sexo oral e a masturbação eram as práticas mais recorrentes, ainda que usualmente também tenha observado o sexo penetrativo, seja entre pares ou grupos. Diante disso, este artigo nasce como parte de minha dissertação de mestrado, defendida em 2024 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim, a observação



e215769

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe215769>

participante se desenvolveu ao longo de 8 meses, entre os anos de 2022 e 2023, período em que estive em campo junto aos interlocutores na pegação¹.

Ao chegar na parte da orla chamada Jardim de Alah, não vi nenhum jardim propriamente dito, mas havia uma grande área de gramado verde com coqueiros e alguns cactos. O Jardim de Alah é um espaço no qual a multiplicidade do próprio fluxo urbano conduz a práticas diversas e que podem ocorrer em diferentes momentos do dia. O território, aqui tomado como campo da etnografia, é multifacetado. Atividades comerciais, esportivas ou do lazer em geral organizam-se de modo a setorizar aquela geografia. Embora não haja uma restrição entreposta ao livre trânsito de pessoas entre um setor e outro que compõem a praia, é preciso levar em consideração que cada um deles tem uma dinâmica específica e, em certa medida, autônoma, assumindo, assim, configurações peculiares dentro do mesmo local mais amplo. No entorno do calçadão, encontram-se escolas, uma academia de ginástica e musculação, bares, faculdades e até uma casa de shows.

Na Figura 1, a seguir, podemos notar a dimensão do local:

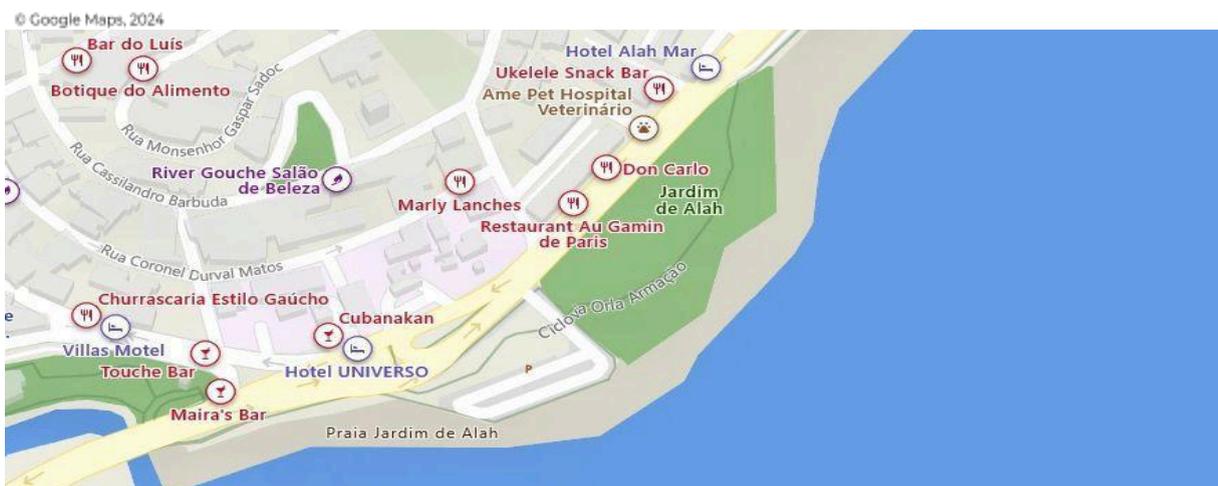


Figura 1. Mapa de localização do Jardim de Alah.

Às vezes, nesse local, consigo ver o céu insurgir sobre as rochas que compõem o paredão para tocar a areia e o mar. Em outros momentos, sou ofuscado pelas luzes da cidade que emanam dos carros na avenida ou dos edifícios acesos no limiar do horizonte. Mas nem tudo é prazeroso. Há ratos enormes dividindo o espaço entre a vegetação. Houve momentos em que fui negativamente surpreendido ao senti-los passeando entre meus pés. Em uma caminhada durante o dia, a cena pode ser bem desagradável, com preservativos espalhados pelo local. O cheiro de fezes humanas também se faz presente e fica pior em alguns pontos da praia, principalmente em dias de muito sol. Se tiver sorte, é possível

¹ Paredão é um termo nativo do campo e popularmente utilizado pelos interlocutores para descrever uma falésia, que é uma formação rochosa com uma encosta íngreme ou vertical. Tanto em litorais, montanhas, falhas geológicas ou margens de rios, essas estruturas impressionam pela sua altura e imponência. Penhascos são exemplos de falésias de grandes dimensões.

encontrar algumas moedas e dinheiro perto das pedras. Há vestígios de sexo por toda a praia.

A área de penumbra que existe dentro do território mais amplo do Jardim de Alah (em razão da sombra projetada na relação entre a topografia do próprio paredão rochoso e os refletores acoplados acima no gramado) torna o exercício de observação mais difícil, as impressões visuais frequentemente ficam embaralhadas e opacas. Ao mesmo tempo, essa luz forte, que permite o melhor policiamento no calçadão, também favorece momentos em que cores diversas se revelem em um jogo de contrastes.

A Figura 2 serve como um exemplo do fenômeno que procuro descrever, mesmo que o ambiente retratado na pintura seja distinto das particularidades que reporto. Na imagem, o fator responsável pela projeção da sombra na areia é a própria presença da luz do sol. No meu campo, à noite, essa sombra é projetada pelas luzes que saem dos refletores acima, tornando o contraste muito mais intenso em razão da pouca luminosidade e escuridão comum ao próprio ambiente noturno.



Figura 2. Garrapata Surf, Kersey, 2022. Óleo sobre tela.

Destarte, “lugares dentro do lugar”² poderiam ser entendidos como microrregiões que compõem e integram um território maior onde a pesquisa se concentra. Entendo por território maior o conjunto de áreas interseccionadas nas mediações do Parque Costa Azul, Jardim dos Namorados e da Praia da Armação. Enquanto as microrregiões são aqui entendidas como partes menores integrantes deste território, em especial as regiões cuja vegetação xerófila se desenvolveu com mais vigor, sendo acionadas pelos meus interlocutores como zonas de maior privacidade em meio à paisagem aberta da praia. Refiro-me a certas moitas que existem na paisagem, vegetação formada por cactos que nascem na areia, medindo mais de 1,5 m em alguns lugares. Tamanho suficiente para abrigar aqueles que se importam em esconder suas interações, interditando os limites do ver sobre as práticas sexuais que ali se desenrolam. Inclusive, há uma intervenção organizada quanto à manutenção do local, que acredito ser feita por praticantes da “pegação”³. É possível perceber trilhas criadas a partir da limpeza do mato, possivelmente, com o uso de enxada, produzindo caminhos que ligam um “micro-lugar” ao outro.

No conjunto de socio interações produzidas em campo, a incidência de encontros noturno promovido exclusivamente por homens, em sua maioria em busca de encontros homoeróticos, demarcam o objeto desse estudo. O presente artigo emprega alguns relatos etnográficos dos encontros homoeróticos organizados em torno da pegação que acontece no Jardim de Alah. Assim, argumento que tais encontros emergem de usos reimaginados do espaço público, tensionando noções convencionalmente estabelecidas sobre o conceito de privacidade. É nesse contexto que os atores presentes em campo reelaboram o entendimento de espaço urbano, permitindo-nos, ao mesmo tempo, pensar o surgimento de categorias “nativas” para o entendimento de dinâmicas homoeróticas.

Os limites da exposição como mecanismo de controle

Quando conheci Flávio, ele tinha pouco mais de 27 anos e trabalhava no seu próprio restaurante, localizado perto da praia. No turno da noite, estudava Administração em uma universidade privada no bairro do Comércio, em Salvador. O rapaz, negro, veio do município de Mata do São João, na região metropolitana de Salvador, para morar na capital. Ele tinha uma estatura mediana, era parrudo, gostava de conversar, mas falava pouco: respondia sempre com sorrisos e gestos. Certo dia, enquanto conversávamos, quase

² Denomino como lugares dentro do lugar a noção de microrregiões específicas que se inserem em um território mais amplo, composto pelas áreas que se intersectam nas proximidades do Parque Costa Azul, Jardim dos Namorados e Praia da Armação. Essas microrregiões, caracterizadas por uma vegetação xerófila exuberante, são valorizadas pelos meus interlocutores como verdadeiros oásis de privacidade em meio à paisagem aberta da praia. A vegetação cactácea, com seus arbustos que podem ultrapassar 1,5 metro de altura, cria uma barreira visual natural, permitindo que aqueles que buscam privacidade se escondam da vista dos demais. A existência de trilhas e caminhos, aparentemente mantidos pelos próprios usuários através da limpeza da vegetação, indica um cuidado especial com esses espaços e demonstra uma apropriação ativa por parte daqueles que praticam a 'pegação' nessas áreas.

³ O termo pegação é comumente utilizado para designar encontros sexuais casuais e breves entre homens, que ocorrem em locais públicos como parques, praças, banheiros de shoppings e estabelecimentos especializados. Esses espaços, informalmente denominados “locais de pegação”, são utilizados para interações sexuais rápidas e sem compromisso.

aos sussurros, encostados sob o paredão rochoso, ele me contou que morava naquele mesmo bairro, ali próximo ao calçadão, e que costumava frequentar a praia:

Rapaz, eu sempre venho aqui. Como eu trabalho perto, em um restaurante que tenho por aqui, acaba que fica até mais fácil para mim. Não tenho tempo de sair para outro lugar. Aí, fim de semana, pego as meninas e venho com a patroa tomar uma cervejinha e aproveitar a praia. Depois, deixo elas em casa e volto pra dar uma brincada. Às vezes, a mulher chega até mais cedo, por conta dos sombreiros que a gente aluga aqui com o pessoal da massagem. Quando o menino que trabalha com a gente não pode pegar, ela é que vem. O “barril” é que passa muita gente conhecida. Mas nunca ninguém conhecido me viu não. Eu fico mais na sombra, na parte escura. Sempre ligado no movimento. E sou mais discreto, não faço nada na frente de ninguém não, gosto das minhas coisas certas. Eu amo minha esposa e respeito muito ela.

Lembro de me espantar com a coragem de Flávio e perguntar se isso não era arriscado demais. Ele respondeu dizendo que sentia excitação na ideia do perigo e, embora concordasse que o risco existia, dizia sentir segurança estando em um lugar que era familiar para ele. A maioria dos interlocutores com quem já havia dialogado investiam justamente no movimento contrário, quanto mais distantes e anônimos do lugar onde moravam, mais confortáveis se sentiam para se aventurarem nessas práticas no Jardim de Alah. Aqui, identifico nas categorias de anonimato e reconhecimento dispositivos que podem influenciar na possibilidade de práticas sexuais na orla de Salvador.

Não fosse pela roupa de ciclista que Flávio costumeiramente usava, talvez eu não ficasse convencido de que ele realmente acreditava nisso. Mas, certo dia, enquanto me acompanhava até o ponto de ônibus, Flávio contou que costumava realizar atividades físicas no calçadão do parque e, na hipótese de algum conhecido o ver, a roupa justificaria o que ele poderia estar fazendo ali. Flávio concluiu dizendo: “Qualquer coisa eu digo que estava pedalandando e desci pra me molhar um pouco”. Coisa que, de fato, era muito comum ocorrer com outros ciclistas. Acabamos rindo juntos da afirmação. Assim, nos despedimos e seguimos cada uma para nossas respectivas casas. Ainda continuo a vê-lo, embora com menor frequência. Desde que o terceiro filho de Flávio nascera, desta vez um menino, dizia sentir uma vontade maior de passar mais tempo com a família.

A realidade de Flávio, por ora, destoa de alguns outros participantes da pegação nas areias da praia do Jardim de Alah. Se, para ele, ser visto não se configura como vergonha, para outros é um constrangimento em excesso. Desse modo, os relatos produzidos pelos homens na pegação podem sugerir que, em parte, essa vergonha incide do receio partilhado pelo grupo de serem expostos a algum tipo de sanção ou represália por parte daqueles que, em campo, costumavam reagir de forma negativa às práticas que eram realizadas sem a devida discrição e relativo respeito aos limites impostos à realização do sexo em um ambiente que poderia ser chamado de “semipúblico”.

Os mecanismos de controle dos prazeres sexuais em ambiente público

Quando na clássica introdução de *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2014), Michel Foucault narra o suplício de Robert-François Damiens – camponês acusado de atentar contra a vida do rei Luís XV, em 1757 –, o autor não o faz apenas para ilustrar a violência e a crueldade dos castigos empregados no contexto da Idade Moderna, mas para narrar o processo de institucionalização das penas e o surgimento do sistema prisional moderno. A partir disso, Foucault elabora uma noção de poder disciplinar. Para ele, o processo de disciplinarização não é um fenômeno exclusivo das prisões, encontra-se também em diferentes instituições, demonstrando que a principal característica dessa disciplinarização é o adestramento de corpos. Ou seja, a produção de indivíduos preparados para a execução de técnicas normativas (seja uma atividade profissional ou uma conduta em família, por exemplo) que os tornam úteis aos desígnios do poder (dóceis). Em suas palavras:

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber (Foucault, 2019: 26).

Para Foucault (2019), a disciplina não pode ser concebida apenas por sua função repressiva. O poder disciplinar não surge para destruir o indivíduo por completo, ao contrário, ele o produz por meio da criação e institucionalização de inúmeros aparatos legais engendrados em uma relação complexa de poder. A atuação dos instrumentos de poder em cada momento histórico produz a constituição de verdades jurídicas. Essas verdades são construídas com base em diferentes instrumentos de poder organizados em torno do direito. Todavia, como sugere Michalis Lianos (2001), o primeiro passo para uma abordagem crítica da contribuição de Foucault sobre o controle seria focar justamente no ponto, por vezes, bastante desconsiderado, de que o modelo foucaultiano de controle (e, conseqüentemente, seu poder explicativo) refere-se ao passado e não está focado na emergência de problemas contemporâneo.

Cabe ressaltar que, ao retomar Foucault e as suas considerações sobre o poder, não o faço no intuito de explicar os fenômenos do meu campo a partir das formulações teóricas foucaultianas, mas para mostrar como as formas de punição e controle continuam mudando. Novos dispositivos de poder surgiram, alguns tão sutis que, à primeira vista, podem parecer inofensivos, o que torna ainda mais difícil de serem capturados. Dito isso, a discussão sobre o controle que aqui se pretende realizar diz respeito aos mecanismos acionados pelos interlocutores desta pesquisa, no contexto em que a exposição de suas identidades e das práticas por eles mantidas poderia gerar efeitos indesejados em âmbitos tanto jurídicos (prisões, processos) quanto em seus ciclos familiares e nas demais esferas da vida social.

Criado em 7 de dezembro de 1940, o decreto-lei nº 2.848, descrito no Art. 233 do Código Penal Brasileiro, define como delituosa a prática de “ato obsceno” em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, com a previsão legal para pena de três meses a um ano de detenção, ou multa. Embora a lei não defina o que compreende por ato obsceno, o dispositivo legal tem sido constantemente acionado como o tipo penal aplicável em casos de ocorrência de práticas sexuais em ambiente público.

Quando iniciei o campo, havia, de minha parte, uma concepção de que incidiria grande repressão por parte do Estado na tentativa de uso do Jardim de Alah para fins sexuais, uma vez que tais práticas são tipificadas como conduta ilícita no ordenamento jurídico brasileiro. Boa parte dessa expectativa advinha de um imaginário construído acerca do funcionamento e da aplicabilidade desse dispositivo legal. Contudo, não foi possível observar em campo a presença de um patrulhamento ostensivo por parte da polícia na região, ou qualquer outro meio ou força empregada pelo Estado como uma forma explicitamente voltada para a coibição das práticas ali presentes. Ao menos, não no horário noturno, que se mostra justamente como o período de maior movimentação e concentração de público na “pegação”.

Em relação a outros crimes descritos no código penal, a aplicabilidade do Art. 233 do Código Penal Brasileiro parece ser relativamente pequena. Assim, descrito como crime de menor potencial ofensivo, a conduta delituosa representa uma parcela pífia dos casos que tramitam na abertura de inquéritos policiais pelo Brasil (Torres, 2022). O que poucas pessoas sabem, no entanto, é que grande parte disso se deve ao fato desse ser um tipo de crime de ação penal privada, ou seja, a punição do delito é condicionada à representação da queixa por parte de algum ofendido. Desse modo, do ponto de vista jurídico, os meios legais para a coibição dessas práticas só são possíveis de serem aplicados caso haja o oferecimento de uma denúncia. Coisa que, na prática, ocorre com pouca frequência.

Não quero com isso afirmar que tais dispositivos de controle não estejam sendo empregados ou incorporados a essas dinâmicas, mas que, talvez, suas dimensões assumam formas mais sutis de atuação, obrigando-me a rever minhas próprias concepções e questionamentos. O estudo etnográfico dessas formas de controle deve pensar as tensões que fluem no espaço público urbano sem, necessariamente, essencializar ou homogeneizar a discussão sobre o controle dos prazeres dissidentes. É preciso considerar as especificidades, as particularidades e as contradições presentes em cada campo de pegação.

Desse modo, ainda que não tenha sido possível presenciar a ocorrência de batidas policiais ou relatos de pessoas abordadas pela polícia no Paredão, não seria correto afirmar que a lei mencionada não tem força de atuação. Do contrário, a maioria das decisões tomadas pelos homens presentes na pegação mensurava, em alguma medida, a possibilidade e o risco trazido pela existência de uma tipificação legal comumente associada às práticas que se faziam presentes no Paredão. O medo da exposição também estava associado ao medo de ser responsabilizado criminalmente pelas práticas realizadas.

Segundo o roteiro apresentado pelos interlocutores, vários espaços públicos são tomados para a realização de encontros homoeróticos na cidade de Salvador. Os avisos colados nas portas dos banheiros das estações de ônibus e metrô, majoritariamente masculinos, sinalizam para a possibilidade de uso desses locais para a prática sexual. Esses

avisos fazem referência direta à aplicabilidade do dispositivo legal, previsto no Art. 233 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) que, em tese, criminaliza a prática de sexo em ambiente público. Portanto, os seus efeitos disciplinares são constantemente reavivados pelos órgãos de segurança na tentativa de coibir tais práticas.

Alguns interlocutores que praticam pegação em diversos locais em Salvador chegaram a mencionar que as medidas de coibição se tornaram mais ostensivas ultimamente, a ponto de perceberem uma maior frequência na presença de seguranças patrulhando os espaços dos banheiros. Relatam ainda que é comum encontrar um servidor da limpeza posicionado, assumindo um posto de vigilância, durante todo o turno de funcionamento de alguns banheiros. E quando alguém é pego fazendo banheirão⁴, o vexame geralmente vem acompanhado de insultos e exposição por parte dos agentes.

Minha própria experiência, enquanto homem e usuário de transporte público, pode atestar a existência de tal hostilidade. Certa vez, de dentro da cabine de um banheiro, escutei alguns gritos vindos do lado de fora. Era um agente de segurança metroviário que apontava a câmera do celular para o rosto de um idoso enquanto o expulsava com xingamentos da estação. Supostamente, esse senhor estaria envolvido em uma cena de sexo oral dentro do banheiro público. As pessoas que passavam pelo local pararam para ver a situação, enquanto o idoso, de cabeça baixa, caminhava em direção à catraca. O outro rapaz que estava envolvido na cena não esperou pelos insultos, percebendo a chegada dos seguranças, saiu correndo em direção à escada rolante – provavelmente embarcando na primeira condução que passou.

Esse episódio me marcou bastante, passei dias tentando mensurar o tamanho da exposição e da vergonha, as quais aquele senhor foi submetido. Mas, ao mesmo tempo, questioneei-me se o cenário poderia ser pior, caso os agentes no local tivessem optado por acionar a polícia ou, ainda, se as imagens registradas pela câmera do agente tivessem ganhado o destino das redes sociais. Um exemplo disso ocorreu em 2022, quando dois jovens foram flagrados fazendo sexo no banheiro de uma estação de metrô e as imagens registradas acabaram parando na internet.

Episódios como esse – embora pareçam isolados e, em alguns casos, passem despercebidos – são muito comuns nos relatos trazidos pelos meus interlocutores, sugerindo que os espaços públicos são vigiados. Por meio da criação de inúmeros aparatos político-administrativos, há políticas em vigor para promover meios de coibição dessas práticas e a garantia da “ordem pública”. Assim, para além da institucionalização de leis e estatutos jurídicos, diferentes forças movidas pela iniciativa pública e privada cooperam insistentemente para retomar o controle dos possíveis usos que, ao menos em tese, podem ou não ser feitos dos espaços urbanos.

Cabe ressaltar, a pesquisa em um ambiente marcado pela criminalização do sexo público exigiu uma abordagem delicada e estratégica. A desconfiança inicial dos participantes e o estigma associado a essas práticas dificultaram inicialmente o acesso ao campo. Para contornar essa situação, assumi a identidade de “voyeur”, uma categoria que os próprios participantes me atribuíram. Essa estratégia permitiu minha inserção no grupo,

⁴ O termo faz referência às interações sexuais entre homens que ocorrem em banheiros públicos e coletivos.

possibilitando a coleta de dados e a construção de relações de confiança. No entanto, a publicação desta pesquisa levanta questões éticas sobre o potencial de criminalização desses espaços. Meus esforços se movimentaram no sentido de contribuir para o conhecimento sobre essas práticas, sem promover sua repressão.

Nesse contexto, a pegação que acontecia no Jardim de Alah era um fenômeno pertencente a uma rede muito maior, distribuída em diversos circuitos da cidade. Em sua etnografia sobre as pegações nos banheiros públicos de terminais da Lapa, Tedson Souza (2012) narra como a hostilidade repressiva pode ser mais evidente em espaços onde as práticas acontecem em um contexto de maior exposição, em razão do intenso fluxo de pessoas e atividades comerciais. Em uma das cenas narradas em sua etnografia, ele descreve:

Alguns homens paravam lá, fingiam urinar, mas logo saiam, pois eram surpreendidos pela passagem de uma viatura da PM pelo local. Ouvi relatos de que naquele período muitos policiais chegavam a parar, descer da viatura, fazer revistas e em casos extremos bater, humilhar, xingar e extorquir os “viados” que encontravam naquela escada (Souza, 2012: 99).

Embora o trabalho de Tedson Souza (2012) remonte a uma década antes da produção dessa pesquisa, os relatos sobre hostilidade e violência das abordagens policiais seguem presentes em relatos trazidos por interlocutores que dizem transitar entre os diferentes pontos que formam esses circuitos. Um deles chegou a me contar que, de todos os lugares por onde passou, pensava ser o Jardim de Alah o mais tranquilo. Havia outros espaços onde a incidência de flagrantes era constante, o que aumentava o risco de ser exposto a algum tipo de constrangimento e à humilhação pública. Por esse motivo, esse interlocutor preferia o território em relação aos outros locais.

Ainda que entre os interlocutores houvesse um aparente consenso sobre a tranquilidade do Paredão quando comparado, por exemplo, aos banheiros das estações de metrô, nenhum deles descartava a possibilidade de algo parecido ocorrer na praia. Assim, havia sempre uma sensação de perigo iminente que n(os) impedia de relaxar. Desse modo, era comum que os indivíduos presentes na pegação organizassem inúmeras táticas para driblar os possíveis riscos, seja da forma de adentrar ao campo até a maneira de se retirar dele. Tudo era feito de modo a soar o mais discreto possível. As trilhas construídas entre os declínios que interligam a ciclovía, o estacionamento e a vegetação na areia sugeriam o caminho a ser percorrido. Vitor Hugo de Souza Barreto (2017) sinaliza para como dinâmicas articuladas para desenvolver formas particulares de organização, traduzidas em uma série de elementos, formam um conjunto de regramentos carregados de sentido. Por isso, há a necessidade de perceber os jogos, códigos e signos partilhados pelos sujeitos que compõem esses territórios.

Ademais, o Paredão parecia funcionar como um lugar alternativo frente à ameaça de uma possível extinção dessas práticas nos banheiros de grandes centros comerciais, shoppings, terminais rodoviários e estações de metrô. Portanto, era importante para os homens presentes no Paredão garantir a continuidade dessas práticas assegurando a

manutenção e um certo sigilo naquele território. Algumas táticas consistiam em evitar expor as práticas em pontos da praia onde a presença da iluminação pelos refletores estivesse presente. Assim, ainda que muitos transeuntes, ao passarem pela calçada acima, pudessem supor o que aqueles homens estariam fazendo, caso desejassem confirmar tais suposições, precisariam se arriscar em descer até a areia da praia e adentrar entre os espaços escondidos na vegetação, onde a incidência de luz era mais baixa.

Recordo-me de um episódio engraçado que presenciei em campo. Era por volta das 22h, a maioria das pessoas na pegação começava a ir embora da praia, mas havia alguns corajosos que se arriscavam durante a madrugada. Dois rapazes estavam entre as pedras e observavam a luz de uma embarcação piscando em direção à praia. Um dos homens, assustado, confunde o que seria o patrulhamento corriqueiro da marinha com um navio da polícia militar e resolve sair da água, retornando ao Paredão. Contando para os outros ali presentes que havia visto um navio da polícia pairando sobre o mar, alguns ficaram tensos e outros começam a rir da situação, explicando que aquele deveria se tratar de um barco da marinha que costumava patrulhar a região.

Essa não foi a única vez que o medo de uma possível ameaça assustou as pessoas em campo. Outro episódio relatado foi quando um grupo de jovens, passeando pela ciclovia, emitiu o barulho de uma sirene através de uma caixa de som. As reações foram instantâneas. Algumas pessoas pararam imediatamente com as suas interações e começaram a se movimentar desorientadas pelo local, outras levantaram apressadamente as calças, e houve quem corresse em direção à ciclovia tentando disfarçar a sua presença na areia. Porém, ao perceberem que não se tratava de uma viatura de polícia, mas jovens passeando com uma caixa de som, alguns desses homens correram para brigar com os adolescentes que fugiram em suas bicicletas.

Aquela praia está cheia de viados

A orla marítima de Salvador concentra inúmeros investimentos por parte tanto da iniciativa pública quanto da privada, entre eles o novo Centro de Convenções (inaugurado em 2022 e situado entre a Avenida Octávio Mangabeira e o Jardim de Alah) e o complexo de *beach sports* Praiana (inaugurado em 2023 e com vista direta para praia do Jardim de Alah). Quando anunciados, ambos os projetos destacaram como pontos positivos a capacidade desses empreendimentos atraírem mais investimentos e segurança para a região. Não à toa, ainda no ano de 2023, a prefeitura municipal de Salvador incluiu a região do Jardim de Alah entre os próximos lugares da cidade a receber câmeras de videomonitoramento. Embora não seja possível estabelecer qualquer relação direta entre a política de inclusão das câmeras de videomonitoramento na região e as práticas sexuais observadas em campo, seria possível questionar quais impactos a presença de tais mecanismos poderiam trazer para a continuidade ou descontinuidade dos encontros realizados na região. Fato é, o anúncio da inclusão das câmeras foi recebido com alívio pelos moradores e comerciantes da região, que aguardavam com ansiedade pela chegada de uma maior atuação por parte das forças de segurança na região.

Se, durante o dia, as viaturas posicionadas próximas aos quiosques poderiam oferecer aos desavisados a impressão de uma região onde a presença e o patrulhamento da

polícia são constantes, à noite, o cenário era outro. Embora o Jardim de Alah não figure entre as regiões mais perigosas da cidade, a ausência de uma atuação mais ostensiva das forças de segurança pública na região é alvo de constantes críticas por parte dos moradores das imediações, que dizem se sentir inseguros com a ausência de um policiamento maior no período da noite.

Andrade, morador de um edifício localizado nas imediações e dono de um restaurante alocado na região, costumava reclamar de uma suposta “falta de respeito” no local, atribuindo a responsabilidade à gestão pública, por não investir em um maior policiamento e segurança. Certa vez, enquanto explicava a sua insatisfação, disse:

Mesmo morando perto, tenho deixado de caminhar à noite com minha família e meus cachorros. Aquela praia está cheia de viados. Outro dia estava sentado com minha mulher e minha filha tomando um açaí ali próximo ao estacionamento. Um pouco à nossa frente, dois rapazes. Um na areia ajoelhado e outro na sua frente. Um chupando o pau do outro. E nem era tarde, deveria ser umas 18 pra 19 horas. Isso é uma falta de respeito. Eles querem direito, mas não se dão respeito algum. Acho que pra tudo tem um lugar. Não sou contra a vocês gays ou nada do tipo (neste momento, Andrade me olha e parece redirecionar sua mensagem), acho que cada um faz o que quiser da sua vida. Mas é preciso respeitar os pais de família.

A insatisfação compartilhada por Andrade também se faz presente em relatos de outros moradores da região, alguns adeptos do vôlei na praia. Outro morador contou que, por conta da popularidade da pegação, ele passou a evitar organizar partidas próximas ao horário do entardecer. Isso teria ocorrido especialmente depois de ser confundido por um colega de faculdade com um dos homens na pegação. Não sabendo que ele morava nas redondezas, um dos colegas o teria abordado dizendo, em tom de sarcasmo, tê-lo visto no Paredão certo dia.

Desse dia em diante passei a ter medo de ser confundido de novo com um desses viados nojentos. Sei que a praia é pública e que todo mundo tem direito de estar aqui. Mas acho que para tudo tem um lugar certo. Não dá para ficar transando em qualquer lugar da cidade e achar que isso é normal. Tem muito gay que se dá ao respeito, mas tem muitos que fazem essa baixaria. Cada um faz o que quiser da vida. Mas se você quer dar seu rabo, procure outro lugar e não aqui onde pode ter pai e mãe de família passando.

Em *Sexo em Público* (2002), Lauren Berlant e Michael Warner refletem sobre a “cultura sexual hegemônica” que insiste em separar a vida pessoal da vida pública, destinando tudo o que é relacionado às questões de sexualidade ao âmbito da intimidade pessoal. Por meio dessa estratégia, a heteronormatividade opera, dificultando a construção de novas culturas sexuais não normativas ou explicitamente públicas.

Diante disso, em 1982, o influente ensaio da antropóloga Gayle Rubin, em *Pensando o Sexo* (2017), apresentou uma argumentação imperiosa em favor de como a sexualidade é posta dentro de uma escala valorativa e, conseqüentemente, é submetida às hierarquias das práticas sexuais. Rubin (2017) preocupou-se em demonstrar como tais práticas, tidas como de “baixo status”, são diretamente afetadas por esse sistema hierárquico, uma vez que qualquer forma de sexo que viole as regras do “moralmente aceitável” é tachada de má, anormal ou não natural. A autora ainda afirma que “o sexo mau pode ser homossexual, o que acontece fora do casamento, promiscuo, não procriador ou comercial. Pode ser a masturbação, as orgias, o casual, o que cruza fronteiras geracionais e que se prática em lugares públicos” (Rubin, 2017: 85).

Em consonância, Paul B. Preciado (2014) elabora uma reflexão bastante interessante acerca da dinâmica relacional entre normatividade, corporeidade e meio social. Segundo Preciado (2014: 25), “os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é sempre política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais e íntimas”. O filósofo ainda afirma que:

Voltamos a encontrar essa gestão do espaço em um nível corporal. A exclusão de certas relações entre gênero e sexos, assim como a designação de certas partes do corpo como não sexuais (mais particularmente o ânus; como Deleuze e Guattari mostraram, “o primeiro de todos os órgãos a ser privatizado, colocado para fora do campo social) são operações básicas da fixação que naturaliza as práticas que reconhecemos como sexuais (Preciado, 2014: 31).

A partir das reflexões postuladas pelo autor, é possível pensar como a própria construção do espaço sinaliza para a natureza das relações que podem ser ali estabelecidas. Também para o que pode ser mostrado, o que deve ser reservado, a exemplo da privatização e interdição de algumas zonas corpóreas, como o ânus.

Thiago Oliveira (2016) em sua etnografia sobre a pegação masculina na cidade de João Pessoa, na Paraíba, observou as formas pelas quais a arquitetura e a materialidade dos espaços expressam convenções sobre corpos, corporalidades, gêneros e separações entre público e privacidade, intimidade e publicidade. Segundo o pesquisador, essa relação descrita por Preciado como “gestão política dos espaços” é evidente, sobretudo, por exemplo, na forma como se apresentam os banheiros:

Se no espaço doméstico eles estão quase sempre cercados e apartados dos espaços de convívio coletivo, junto com o quarto, nos espaços de grande circulação de pessoas eles sugerem também formas de fragmentação do corpo. No caso dos homens, a localização dos mictórios na área aberta, onde todos podem se ver sugere tanto uma vigilância sobre o pênis quanto seu aspecto público, ao passo que a bunda e o ânus são reservados ao privado, simbolicamente expresso na imagem da cabine a que se deve fechar a porta após entrar (Oliveira, 2016: 162).

Ademais, o tensionamento das noções de exposição e privacidade não é um fenômeno exclusivo ao campo da pegação. Em *O show do eu: a intimidade como espetáculo*, Paula Sibilia (2016) mostra como essas categorias têm sido reelaboradas conforme novos costumes vão surgindo. Um exemplo interessante é colocado pela autora a partir do surgimento dos blogs, websites popularizados na década de 2000, inicialmente descritos como “uma espécie de diário íntimo, só que publicado na internet”. A partir disso, a autora pontua:

É habitual, quando aparecem novas práticas, que se utilizem vocabulários já existentes, adaptando os repertórios de sentido disponíveis para explicar as novidades. Contudo, havia aí uma contradição entre a velha noção de intimidade, por um lado, e, por outro, a explícita vontade de tornar algo público, postando textos e imagens pessoais nada menos que na rede mundial de computadores. O que parecia não encaixar nessa nova lógica era que, até então, a palavra “íntimo” se usava para nomear aquele acervo individual de afetos e ações que só podiam florescer no espaço privado; ou seja, protegidos da intromissão alheia por meio de paredes, pudores, chaves e fechaduras (Sibilia, 2016: 8).

Algo interessante a ser observado em trabalhos como o de Paula Sibilia (2016) é o modo como essas categorias são apresentadas a partir de situações que constantemente tensionam e flexibilizam as noções em torno dos valores de privacidade e exposição. Antes, antagônicas; agora aparecem justapostas, como no caso dos blogs, um fenômeno do tipo híbrido, capaz de cooptar dimensões tanto da esfera pública quanto da esfera privada.

Gosto daqui porque é mais escondido

No conjunto das explicações produzidas pelos interlocutores sobre as razões que os motivava a frequentar de maneira tão recorrente os banheiros como lugares de pegação, duas explicações se evidenciam de maneira recorrente. A primeira está vinculada a uma suposta adrenalina que o sexo em lugares como esse oferece. A segunda explicação está vinculada a uma razão prática tendo em vista que, diferente dos locais comerciais para encontros sexuais ou mesmo outros lugares públicos, os banheiros estão localizados em regiões e espaços onde habitualmente se exerce outro tipo de atividade pela qual é possível argumentar no caso de, por exemplo, encontrar algum conhecido. (Oliveira, 2016)

Quando conheci Jorginho, ele usava uma camiseta regata, tênis de corrida e um short que lhe marcava o pênis por completo, visto que não costumava usar cuecas por baixo das roupas. Jovem negro, de 27 anos e corpo atlético, Jorginho (como gostava de ser carinhosamente chamado) era um jovem morador da Boca do Rio que costumava ir ao Jardim de Alah para praticar exercícios ao ar livre. Lembro-me da primeira vez que o encontrei. Eu estava sentado em um banco de concreto acoplado ao gramado do parque quando percebi um rapaz atraente encarando-me enquanto fazia flexões a poucos metros de distância de mim. Não demorei muito a entender que nossa troca de olhares havia construído uma situação de flerte mútuo. Resolvi, então, aproximar dele e começamos a conversar.

Passados alguns minutos, Jorginho havia contado que era casado, pai de duas meninas e que trabalhava como segurança de um shopping center. Apesar de jovem, frequentava o Jardim de Alah desde o ensino médio, quando, às vezes, filava aula com alguns amigos para beber escondido dos pais, pois na época eram menores de idade. Disse-me que, no início, passava todos os dias pelo local, mas não fazia ideia da pegação que rolava ali:

Saíamos em grupo, pela resenha. Bebíamos um pouco, às vezes fumávamos um, e voltávamos cedo para casa. Chegávamos próximo do horário que geralmente terminava a aula. Mas teve um dia que eu fiquei sem o dinheiro de voltar para casa. Gastamos tudo com cigarro. Quando vi já era quase dezenove horas da noite e eu lá, zanzando pela praia.

Perguntei como ele fez para voltar para casa e ele me respondeu: “Foi de boa, pô. Traseirei o buzu.⁵ O problema foi quando cheguei em casa. Mainha retada porque já ia dar onze horas da noite e me enchendo de pergunta”. Jorginho, então, contou-me que, naquela noite, enquanto esperava a condução no ponto de ônibus, notou vários homens se reunindo na areia da praia. No início, pensou que era alguma festa ou sarau que estava acontecendo no local. Curioso com a movimentação, ele foi em direção ao grupo. Chegando lá, percebeu que se tratava de um encontro para pegação entre homens. Embora estivesse no Jardim de Alah quase todos os dias, visto que a escola onde estudava na época ficava a menos de 2 km da praia, Jorginho dizia desconhecer a pegação que acontecia no local – ao menos, até aquele momento. Fato é, assim como ele, havia muitas outras pessoas em campo que, apesar de conhecerem e frequentarem a praia, diziam-se surpresos quando questionados sobre esses encontros homoeróticos.

Gilmar, um senhor de meia-idade, dono de um quiosque alocado na zona de estacionamento no Jardim dos Namorados, nas proximidades da praia, por exemplo, conta que passou quase três anos trabalhando ali sem saber do que acontecia há alguns metros de sua barraca, no paredão rochoso. Essa característica, no mínimo inusitada, de um lugar aparentemente secreto, embora movimentado e público, fez com que Jorginho se afeiçoasse rapidamente pelo local. Aos 27 anos e casado com uma mulher, conta que, desde a adolescência, gostava de ficar com homens, mas, por ser de uma família religiosa, nunca se sentiu à vontade para falar da bissexualidade em casa. Conheceu a esposa na igreja, começaram a namorar e, depois de alguns meses, seus pais já haviam organizado o casamento.

Diferente de outras situações em campo, nas quais quase os diálogos construídos pelos interlocutores esbarravam em algum tipo de fetiche que justificasse a escolha do local para a realização dos encontros homoeróticos, Jorginho ia na contramão. Embora estivesse falando da mesma praia, ambiente aberto e de livre trânsito, ele adicionava um novo elemento para a compreensão dessas dinâmicas. O critério da privacidade incidindo em

⁵ Expressão popularmente utilizada para se referir ao ato de entrar pela porta traseira do transporte coletivo, geralmente sem pagar pela passagem.

ambiente público. Assim, quando questionado sobre os riscos de uma exposição, ele responde:

Que nada. Se bobear, a exposição do motel é muito maior. Morro de vergonha. Nem com mulher, eu nunca fui. Imagine com um homem? Deve ser algo estranho, né? Gosto daqui porque é mais escondido. Não tem essa burocracia toda.

De fato, o imaginário traduzido na fala de Jorginho ao descrever os motivos pelos quais preteria o motel à praia elabora noções de exposição importantes. No início, confesso, fiquei um pouco confuso. Questionei-me como poderia ser este um lugar mais reservado em comparação aos limites impostos entre as quatro paredes de um quarto de motel. Entretanto, no decorrer desta pesquisa, foi possível observar diferentes momentos em campo cujas noções de exposição e anonimato foram mobilizadas em sentido “nativo”, como parte dos códigos e regras criadas em torno do tipo de sociabilidade ali presente.

Espaços semi-públicos

Ao diferenciar o espaço público do espaço privado, o sociólogo estadunidense Richard Sennett (1997) opõe a noção de privacidade em oposição à intimidade. A primeira possibilita o encontro sem que seja induzida a compulsão da intimidade ou de uma suposta identidade profunda entre os presentes. No campo desta etnografia, essas categorias também são mobilizadas a partir de noções, no mínimo, peculiares acerca de como os interlocutores desta pesquisa percebem parcialmente esta dimensão pública aparentemente própria à praia do Jardim de Alah. Assim, na medida que reorganizam o território da praia em espaços menos ou mais expostos em relação ao outro, passam a cooptar às dinâmicas de pegação noções de privacidade muito próximas aos referenciais supostamente exclusivos da esfera privada do cotidiano urbano – a priori indisponíveis nos contextos em que há certa coletividade no uso de determinados espaços, justamente por acometerem de qualificação pública.

Nessa égide, o conceito de semipúblico tem sido comumente empregado para se referir aos espaços que pertencem à iniciativa privada, mas incidem de apropriações públicas, incluindo sujeitos dos mais variados segmentos sociais. Em tese, considerados irrestritos ao público, mas localizados no interior de áreas comerciais, podemos destacar como exemplo shopping centers, centros culturais, cinemas, teatros etc. (Ferreira; Marques, 2000).

Em meu trabalho, o conceito de “semipúblico” assume uma outra dimensão. Utilizo-o para referir a espaços propriamente públicos que pertencem à coletividade e nos quais incidem controle estatal, mas são apropriados por usuários “particulares”, a partir da criação de um conjunto de regras que, por vezes, demandam “privacidade” e “discrição”. Desse modo, o entendimento de semipúblico, aqui observado, não faz referência aos significados previamente atribuídos a esse conceito, mas às manifestações culturais inerentes ao meu campo de pesquisa, onde indivíduos passam a reelaborar o espaço público a partir de potenciais zonas de prazer e mesmo privacidade.

Desse modo, é possível encontrar homens em campo preocupados em articular meios de resguardar sua intimidade e que, como estratégia, buscam driblar os possíveis riscos de exposição, optando por lugares que sejam menos reveladores em relação ao Paredão. Seriam, portanto, micro-espços encobertos por moitas, arbustos e/ou até mesmo atrás das pedras localizadas entre a areia e o mar. Esse comportamento constitui dinâmicas de uso da praia que são próprias ao grupo etnografado, pois, embora esta etnografia tenha se concentrado no registro das manifestações noturnas, estive em campo nos diferentes momentos do dia, e, durante todo o período de observação, não presenciei essas estratégias sendo empregadas em outros contextos de ocupação da praia, quando o público no local nitidamente era outro.

Nesse contexto, uma cena bastante curiosa chamou a minha atenção em campo. Um grupo de homens se amontoava em torno de uma moita, esticando o pescoço na tentativa de observar a performance sexual de dois rapazes escondidos no fundo desta mesma moita. Um dos homens resolve se aproximar e entrar na moita. Pouco depois, mais homens o imitam e realizam o mesmo movimento. O casal, incomodado com o que aparenta ser uma demonstração de invasão de privacidade, sai da moita e parte em direção às pedras, entre a maré. Um dos homens que assistia a cena, então, dispara o comentário: “Quer privacidade? Vá pra um motel! Esses viados são cheios de frescuras. Querem fuder na praia, mas não querem que ninguém olhe. Nunca vi isso!”. Apesar da indignação e surpresa do rapaz, a cena era bastante comum em campo. Enquanto o sexo oral podia ser observado em contextos de maior exposição, ou seja, na presença de outros homens, o sexo penetrativo era quase sempre restrito a outros micro-espços. Desse modo, era muito comum que a interação entre dois indivíduos quaisquer começasse nessa esfera de maior exposição, a exemplo do Paredão – local onde, com frequência, os homens desciam e ficavam no flerte inicial até encontrarem um parceiro –, e continuassem em outra esfera de menor exposição, onde a troca poderia evoluir, ou não, para o sexo com penetração.

Como o volume de homens em campo era muito maior em relação a quantidade de cenas de sexo presenciadas, não havia dificuldade de encontrar espços disponíveis na praia. Ao todo, foi possível mapear oito espços diferentes que podiam ser utilizados caso a sensação de privacidade irrompesse: quatro pontos entre as vegetações, dois na areia da praia e dois nas pedras mais altas e próximas da maré. Destarte, o sexo com penetração era uma prática realizada com bastante discrição e com bem menos frequência do que inicialmente imaginava. A maioria dos interlocutores com quem conversei em campo relatavam certo receio quanto aos riscos de uma maior exposição no quesito segurança deste tipo de sexo. Ainda assim, quando possível observar essas interações, percebi que incorriam em duas possibilidades. A primeira, e mais comum, era quando os sujeitos posicionados na cena se sentiam constrangidos, recusando a atenção recebida, e, assim, desmanchavam a cena e se retiravam do local. A segunda, e bem menos comum, era quando essa interação despertava a curiosidade de terceiros, aumentando o número de pessoas na interação, na medida que mais homens se juntavam à cena, configurando o que se chamava de “suruba”. Sendo assim, o desejo de exposição nem sempre era compartilhado com todos os presentes em cena. Ressaltando que a exposição, neste sentido, leva em consideração o sexo penetrativo.

O antropólogo Moisés Lino e Silva (2014; 2022) levanta questão similar ao narrar o cotidiano de jovens *queers* na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, acionando o conceito de “striptease etnográfico” para descrever o modo como os comportamentos adotados por seus interlocutores pareciam estar situados no limiar entre o desejo pela exposição e a manutenção de uma certa privacidade. Nas palavras do autor:

O atravessamento das fronteiras entre o privado e o público parecia ser outra fonte de prazer na Rocinha. Na verdade, a maioria das cenas revelam que, muitas vezes, meus amigos não queriam manter suas vidas sexuais privadas. O que eles pareciam querer era fazer um certo jogo entre atos sexuais privados e atos sexuais públicos (Lino e Silva, 2022: 18, tradução livre).

Embora o autor mantenha o foco na Favela da Rocinha, a discussão entre o público e o privado parece coadunar com o lócus da minha pesquisa. Nesse sentido, os diferentes agentes mobilizados nesta etnografia tencionam alguns debates que lidam diretamente com as categorias fixadas entre as dimensões do visível e do invisível, público e privado. O aprendizado na pegação ensina sobre maneiras alternativas de teorizar essas categorias.

Considerações Finais

O estudo etnográfico realizado na praia do Jardim de Alah, em Salvador, revelou a complexa relação entre espaço urbano, práticas sexuais e mecanismos de controle da sexualidade. A praia, um espaço público multifacetado, torna-se palco de encontros homoeróticos, principalmente no período noturno, desafiando as normas sociais e legais que regulam o sexo em público. Os homens que frequentam o local reconfiguram o espaço, criando micro-territórios de intimidade e privacidade em meio à aparente exposição, evidenciando a fluidez das fronteiras entre o público e o privado. A pesquisa demonstrou como esses homens negociam as fronteiras entre a busca por prazer e a necessidade de discrição, utilizando estratégias como o anonimato, a escolha de locais estratégicos e a criação de códigos de conduta para evitar a exposição e o controle social.

A análise dos relatos etnográficos permitiu questionar a rigidez das categorias de público e privado, revelando como o espaço público pode ser ressignificado e utilizado para a expressão de desejos e práticas sexuais marginalizadas. A presença de mecanismos de controle, como a legislação que criminaliza o sexo em público e a vigilância social, exerce influência sobre as dinâmicas da pegação no Jardim de Alah. No entanto, a pesquisa evidenciou que a repressão não é o único fator determinante na forma como esses encontros se organizam. A comunidade que se forma em torno da pegação demonstra agência na construção de seus próprios espaços de liberdade e na subversão das normas que tentam regular seus comportamentos.

As considerações finais do artigo apontam para a importância de se reconhecer a diversidade de usos do espaço urbano e a necessidade de questionar as normas que tentam impor uma visão homogênea e restritiva da sexualidade. A praia do Jardim de Alah, como espaço de encontro e de subversão, coloca em xeque as fronteiras entre o público e o

privado, revelando a complexidade das relações entre sexualidade, espaço e poder na cidade contemporânea. Nesse sentido, o presente estudo visa contribuir para o debate sobre a sexualidade em espaços públicos, lançando luz sobre as práticas e os desafios enfrentados por homens que buscam prazer e intimidade em locais muitas vezes considerados inadequados ou proibidos. Ao dar voz a esses homens, o estudo problematiza as normas sociais e legais que regulam o sexo em público, abrindo caminho para uma discussão mais ampla sobre a diversidade sexual e o direito à cidade.

Referências Bibliográficas

- Barreto, Victor Hugo de Souza. 2017. *Festa de orgias para homens: territórios de intensidades e sociabilidade masculina*. 1. ed. Salvador: Editora Devires.
- Berlant, Laurent; Warner, Michael. 2002. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (Ed.). *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona: Içaria, p. 229-257.
- Ferreira, Angela Lúcia de Araújo; Marques, Sônia. 2000. "Privado e público: inovação espacial ou social?" *Scripta Nova*, Barcelona, v. 4, n. 69, p. 1-13.
- Foucault, Michel. 2019. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Foucault, Michel. 2014. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lianos, Michalis. 2001. *Le nouveau contrôle social: toile institutionnelle, normativité et lien social*. Paris: L'Harmattan.
- Lino e Silva, Moisés. 2015. "Queer sex vignettes from a Brazilian favela: an ethnographic striptease." *Ethnography*, v. 16, n. 2, p. 223-239. DOI: <https://doi.org/10.1177/1466138114534335>.
- Oliveira, Thiago. 2016. *Engenharia erótica, arquitetura dos prazeres: cartografias da pegação em João Pessoa, Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto.
- Preciado, Paul B. 2014. *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.
- Rubin, Gayle. 2003. "Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade." *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-54.
- Sennett, Richard. 2003. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Sibilia, Paula. 2016. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Souza, Tedson da Silva. 2012. *Fazer banheiro: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Torres, Vitoria de Souza. 2022. *A inconstitucionalidade do artigo 233 do Código Penal*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

sobre o autor**Marlon Araújo do Rosário**

Licenciado em História, pelo Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge). Atualmente, dedico-me em período integral a pesquisa de mestrado, fruto de minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), voltando-me para os estudos da antropologia das sexualidades e dos espaços urbanos. Assim, integro como membro do EPA (Ética, Poder e Abjeção), grupo de pesquisa coordenado por Moises Lino e Silva junto a outros colegas da UFBA.

Autoria: O autor é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em 05/09/2024.

Aprovado para publicação em 28/10/2024.